

A formação docente musical diante da inclusão

Cabe ao professor de música ampliar seus próprios horizontes, pois não basta saber música para poder ensinar música. Considerando a perspectiva da Educação Inclusiva, também cabe ao professor buscar conhecimento nesta área, entendendo que é seu papel garantir a permanência e oferecer um ensino de qualidade para todos. (SOARES, 2010, pg. 9).

De acordo com o IBGE¹, 10% da população tem algum tipo de deficiência. Em países menos desenvolvidos, como o Brasil, esse índice chega a 14%, ou seja, aproximadamente 27 milhões de pessoas. Muitas são as ações em prol da inclusão dessa demanda, sendo que a educação é uma das áreas que mais discute essa temática.

É de conhecimento de todos que a música volta às escolas a partir de 2011. Além disso, a inclusão em vários segmentos sociais já está posta! Sendo assim, os professores que oferecerão as aulas de música se depararão, de agora em diante, com alunos com necessidades educacionais² diferenciadas. Por isso, urge a necessidade de ampliarmos as discussões sobre essa nova realidade. Sendo assim, para darmos início a essa discussão, lançamos uma questão: O que um professor de música precisa saber para trabalhar no contexto inclusivo? Elencamos alguns itens que julgamos fundamentais:

Quebrar as barreiras atitudinais

O primeiro obstáculo, diante da deficiência, é vencer a barreira de preconceitos como negação, rejeição, generalização, infantilização etc. Esses padrões comportamentais são estruturados primeiramente no seio familiar e expandidos para a vida social. O estigma em relação à deficiência é grande e livrar-se dele não é nada fácil (SILVA, 1998). Por isso todo professor deve ter cuidado para não favorecer os jogos psicológicos que permeiam a relação família/sociedade/deficiência. Colocações do tipo: “Apesar de cego ele é super inteligente!”, ou: “Ela anda de cadeira de rodas, mas só tira nota 10!”, são comuns e indicam, de forma muito sutil, a ideia social de que uma pessoa com deficiência não pode realizar ou conquistar as mesmas coisas que as pessoas ditas normais.

Além disso, atitudes como falar de forma infantilizada diante de adultos com deficiência ou não impor regras, limites, responsabilidades para o aluno (com a alegação de que ele é diferente, que não consegue ou mesmo para poupá-lo de “mais sofrimento”), dentre tantas outras, funcionam apenas como verniz para os preconceitos e não favorecem em nada o crescimento do aluno. O melhor, nesse caso, é aceitar/compreender a deficiência e principalmente incentivar a autonomia do aluno, dentro de seus limites, é claro. Como afirma Mantoan (MANTOAN, 1997), “não se deter na deficiência em si, mas sim, nas possibilidades e capacidades de aprendizagem que estas pessoas possuem”.

Conhecer o aluno

Isso significa: ter informações clínicas sobre a deficiência ou distúrbio; saber sobre seu processo de aprendizagem e compreender em que contexto familiar/social ele vive. Da mesma maneira que para ministrar aulas de musicalização precisamos saber o que é uma criança de 4 anos (como é seu funcionamento cognitivo e o motor e como lidar com seus

¹ WWW.ibge.gov.br

² O termo atualmente utilizado para nos referirmos somente à deficiência é “pessoa com deficiência”. Não se usa mais portador de deficiência nem deficiente. O termo necessidades especiais também é pouco utilizado, mas é permitido dentro da área da educação, contudo é empregado de forma ampla, para delimitar qualquer tipo de necessidade especial e não somente para referência da deficiência. Neste texto, escolhemos utilizar o termo necessidades educacionais especiais, por abarcar amplamente o conceito de inclusão. O utilizamos para pessoas que tenham deficiências (mental, visual, auditiva, física), problemas psiquiátricos, autismo, distúrbios de aprendizagem ou quaisquer outro fator que diferencie a aprendizagem do que é estipulado como esperado.

Viviane dos Santos Louro

comportamentos típicos), precisamos saber o que é uma paralisia cerebral, uma deficiência mental ou autismo quando temos um aluno desses em sala. Cada deficiência é um universo de desafios. Por isso, sem o prévio conhecimento das limitações de determinada deficiência, fica complicada a escolha da melhor linha de ação diante dela.

Trabalhar interdisciplinarmente

No caso de alunos com necessidades educacionais especiais, o tripé que sustenta uma educação de qualidade é estabelecido pelo professor (escola), pela família e pela manutenção da saúde (terapias). Por exemplo, um aluno com problema de processamento auditivo³ precisa frequentar sessões de fonoaudiologia. Um professor de música, valendo-se apenas de recursos pedagógicos, não tem como resolver uma questão que seja clínica e, ao mesmo tempo, fundamental para a aprendizagem musical. Diante disso, se a família não for conscientizada dessa necessidade e não se mobilizar para auxiliar o educador, a aprendizagem musical ficará comprometida.

Repensar o fazer musical

A afirmação de que música é para todos é comum dentro da comunidade musical mas, na prática, isso não ocorre. Muitos professores focam suas aulas somente na performance instrumental, sem reconhecer que há diferença entre as pessoas e que nem todo mundo é ou será um grande instrumentista. Sendo assim, ampliar a visão do fazer musical, é fundamental. Isso não significa abrir mão de um propósito estético, da exigência pedagógica ou da realização artística, mas, antes, ter consciência e apropriar-se das inúmeras possibilidades dentro do universo musical.

Promover adaptações

A deficiência exige, muitas vezes, adaptações. E dentro delas há inúmeras possibilidades. Em relação ao fazer musical, podemos promover adaptações de instrumentos musicais, como órteses para auxiliarem no manuseio de instrumentos ou baquetas. Podemos também promover adaptações de materiais, tais como partitura em Braille, material ampliado para os com visão subnormal, apostilas simplificadas para quem tem deficiência mental, dentre outras. (LOURO, 2006).

Outra possibilidade são as adaptações de objetivo e de conteúdo, isto é, alterações no currículo para que o aluno possa acompanhar melhor a aula. Por exemplo, enquanto para uns estejam sendo abordados compassos com diferentes unidades de tempo, para um aluno com deficiência mental pode-se abordar a compreensão da semínima como pulso-base para a realização de um ditado rítmico. Nesse contexto, o professor avaliará de forma diferenciada ambos os alunos, mas cada qual dentro de suas competências para aquele momento. (LOURO, 2009).

Definir metas

Metas são essenciais para planejamento de qualquer estratégia pedagógica. Diante de alunos com dificuldades em relação à aprendizagem, elas se tornam imperiosas. Para estabelecimento das metas, deve-se pensar nas seguintes premissas:

- A. Para quem é a aula (público/ perfil do aluno, deficiência que ele tem);
- B. Para que serve a atividade ou o conteúdo proposto (o que se pretende trabalhar com cada aluno ou com a atividade proposta);
- C. Como fazer (metodologia, como atingir os objetivos).

³ Problema neurológico que gera dificuldade em processar a informação sonora que entra pelo sistema auditivo.

A formação docente musical diante da inclusão

As metas precisam ser estipuladas passo a passo. Se em uma aula há um aluno com incapacidade de atenção, não vai ser possível atingir a meta de ensiná-lo a tocar. A meta precisa ser ensiná-lo a focar a atenção. Depois dessa conquista, planeja-se a próxima meta e assim por diante.

Exigir seus direitos

Muitos são os Documentos, Leis, Decretos e Resoluções que garantem a educação a todos e que estipulam regras, normas e ações para a inclusão de alunos especiais no ensino básico. Citando um exemplo, o Decreto 6.571, de 2008 coloca que é obrigação do Ministério da Educação:

- I - implantação de salas de recursos multifuncionais⁴;
- II - formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado;
- III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;
- IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;
- V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008).

Sendo assim, cabe às escolas e aos professores, incluídos os de música, exigirem que se cumpram tais questões, para que não arquem sozinhos com a responsabilidade da inclusão e para que ela ocorra de forma eficaz.

Conclusão

A inclusão é um fato irrevogável e pensar na formação dos professores é tão urgente e necessário quanto pensar na inclusão. Os desafios são muitos, mas as conquistas são igualmente grandes quando se tem boa vontade, conhecimento, apoio familiar e pessoas qualificadas.

Este texto é somente uma introdução a um tema muito complexo. Esperamos que a partir dele, seja fomentada nos leitores a ânsia de maiores reflexões, discussões e ações político-pedagógicas para que alunos com necessidades educacionais diferenciadas tenham acesso a um ensino musical de qualidade. Afinal, música não é para todos?

Referências bibliográficas

- LOURO, Viviane S., et. al. *Educação musical e deficiência: propostas pedagógicas*. São José dos Campos: Estúdio dois, 2006.
- _____; ZANCK, Sérgio. *Arte e responsabilidade social – inclusão pelo teatro e pela música*. Santo André: TDT Artes, 2009.
- MANTOAN, M. Teresa E. *A integração de pessoas deficientes: contribuições para uma reflexão sobre o tema*. São Paulo: Mennon, Senac, 1997.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DECRETO Nº 6.571 de 17 de setembro de 2008. Brasília, 2008.
- SILVA, Otto M. da. *A epopéia ignorada – a pessoa deficiente no mundo de ontem e hoje*. São Paulo: CEDAS, 1998.
- SOARES, Lisbeth. O uso de materiais adaptados nas aulas de música. In: *Encontro Arte para todos*. São Paulo: UNESP, 2010. CD-ROM.

⁴ As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos para a oferta do atendimento educacional especializado. Pode ser utilizada para aulas de apoio extracurriculares. Sendo assim, o ideal é que estejam equipadas também para aulas de apoio musical, quando necessário.